

# A Questão Institucional das Regiões Metropolitanas

---

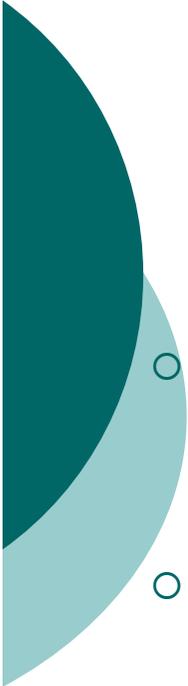
Prof. Dr.-Ing. Oswaldo Lima Neto  
Program de Pósgraduação em Engenharia  
Civil da UFPE - Transportes



# TIPOLOGIA RM's

---

- **Regiões Metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas "globais"**: RM de São Paulo e RM do Rio de Janeiro, instituídas por lei complementar federal anteriormente à Constituição de 1988;
- **Regiões Metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas "nacionais"**: RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, instituídas por lei complementar federal em 1973, e a RIDE de Brasília, instituída no final da década de 90; e
- **Regiões Metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas "regionais"**: RM de Belém, instituída por lei complementar federal em 1973, e RMs de Campinas e Goiânia, instituídas por legislações estaduais. (Rosa Moura e Luis César de Queiroz Ribeiro, IPARDES)



## Segundo Conjunto de RM's “de caráter não metropolitano”

---

- **Regiões Metropolitanas polarizadas por "centros regionais"**: RMs da Baixada Santista, Grande Vitória, Grande São Luís, Natal, Maceió, Florianópolis e Londrina<sup>3</sup>; e
- **Regiões Metropolitanas polarizadas por "centros sub-regionais"**: RMs de Maringá, Norte/Nordeste Catarinense (polarizada por Joinville), Vale do Itajaí (polarizada por Blumenau), Vale do Aço (polarizada por Ipatinga), instituídas por leis estaduais nos anos 90, além das RMs Carbonífera (polarizada por Criciúma), da Foz do Rio Itajaí (polarizada por Itajaí) e de Tubarão (único pólo que não se enquadra nas categorias de centro regional ou sub-regional), instituídas por lei estadual em 2002.



## Terceiro Conjunto de Unidades Regionais Institucionalizadas

---

- Trata-se de "áreas de expansão" ou "colares" dos núcleos metropolitanos: Colar Metropolitano das RMs de Belo Horizonte e do Vale do Aço, e Área de Expansão do Núcleo Metropolitano das RMs de Florianópolis, do Norte/Nordeste Catarinense, do Vale do Itajaí, Carbonífera, da Foz do Rio Itajaí e de Tubarão.

**TABELA 1**  
**Indicadores gerais sobre as RMs do Brasil, segundo classes**

Unidade	Núm. de Municípios	População Total 2000	Part. na Pop. do Brasil (%)	Part. Pop. Pólo/ RM	Taxa Cresc. 1991/ 2000 (% a.a.)	Grau Urb. 2000 (%)
<b>RMs sobre aglomerações urbanas de caráter metropolitano</b>						
Polariz. por Metrôpoles Globais	56	28.589.218	16,84	56,99	1,5	97,1
Polariz. por Metrôpoles Nacionais	150	23.141.216	13,63	56,90	2,4	95,8
Polariz. por Metrôpoles Regionais	35	5.773.200	3,40	57,91	2,8	97,6
<b>RMs sobre aglomerações urbanas de caráter não metropolitano</b>						
Polariz. por Centros Regionais	65	8.405.501	4,95	52,22	2,6	93,4
Polariz. por Centros Sub-Regionais	35	2.458.545	1,45	65,17	2,5	93,1
<b>Área de expansão metropolitana (AEM) ou colar metropolitano (CM)</b>						
Subtotal	100	1.642.180	0,97	27,07	2,0	78,6
<b>TOTAL RMS</b>	<b>441</b>	<b>70.009.860</b>	<b>41,23</b>	<b>55,64</b>	<b>2,0</b>	<b>95,7</b>
<b>BRASIL</b>	<b>5.560</b>	<b>169.799.170</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>1,6</b>	<b>81,2</b>

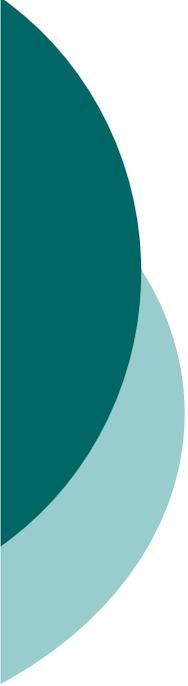
Fontes: IBGE - Censo Demográfico; PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000; IPEA - Configuração..., 2002



## Dados Socio-econômicos RM's

---

- As RM's detinham em 2000, 43% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil, 42% do total das pessoas ocupadas (PO) e 49% das pessoas ocupadas na indústria de transformação.
- mais da metade da massa de rendimento, auferida pelas pessoas, que circulou no País em 2000, estava presente nas RMs (56,6%).
- Esse forte papel concentrador das RMs não significa, no entanto, que todo o conjunto se beneficie igualmente.



## A concentração entre as RM's

---

- Somente as RM's de São Paulo e Rio de Janeiro detêm 18% da PEA brasileira, 17% da PO e 21% do pessoal ocupado na indústria de transformação. Somaram o expressivo estoque de 11,3 milhões de ocupados, sendo 1,8 milhão na indústria.
- As sete RMs ditas nacionais contribuíram com um estoque de 9 milhões de ocupados, sendo 1,3 milhão nessa indústria.



## A concentração entre as RM's

---

- Apesar do “processo de descentralização da economia brasileira o Estado de São Paulo ainda lidera a dinâmica industrial brasileira com enorme distância dos demais, pois, somados os estoques das três RMs paulistas, esse grande complexo atingia 19,5% da ocupação na indústria do Brasil, em 2000, e 40% do total das RMs brasileiras.
- a RM de São Paulo respondeu, isoladamente, por 1/3 da massa de rendimento do conjunto metropolitano brasileiro, ou por 17,2% da massa de rendimento do Brasil - participação equivalente à de todo o grupo de RMs polarizadas por metrópoles nacionais (17,1%).



# O Desemprego nas RM's

---

- A partir 1995 o desemprego agravou-se no país e mais intensamente nas RM's o Censo Demográfico do IBGE de 2000 apontou um total de 11,8 milhões de pessoas desocupadas procurando emprego.
- As metrópoles reúnem mais da metade do contingente de desempregados no País (52%). O conjunto formado pelas RMs polarizadas por metrópoles globais e nacionais concentrava 77% dos desempregados de todas as Regiões Metropolitanas e 40% do total brasileiro.



## A pobreza nas RM's

---

- A situação de pobreza a renda domiciliar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo, com base em indicador elaborado pelo PNUD, no período 1991/2000, a taxa e o número de pobres, referentes ao Brasil, tiveram redução, em relação às RMs a situação é inversa.
- Nas RM's a participação no total de pobres no Brasil aumentou, passando de 22,2% do total, em 1991, para 25,8%, em 2000, ou seja, cerca de 14,4 milhões de pessoas em situação de pobreza. Em relação a 1991, houve aumento de 1,4 milhão de pessoas nessa situação nas RMs brasileiras.



# IDH-M

---

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) vem apresentando incrementos positivos. Na última década, todas as RMs brasileiras apresentaram melhoria em seu IDH-M.
- Considerando o IDH-M mínimo de 0,8, em 1991, apenas as RMs de Florianópolis e do Vale do Itajaí ultrapassavam esse patamar. Em 2000, exceto as RMs do Nordeste, Norte, Vitória e o CM de Belo Horizonte, todas as demais superaram esse marco. Esse colar e as RMs de Maceió e Natal apresentaram, inclusive, IDH-M abaixo do Índice do Brasil (0,766).



## O Diferencial do IDH-M

---

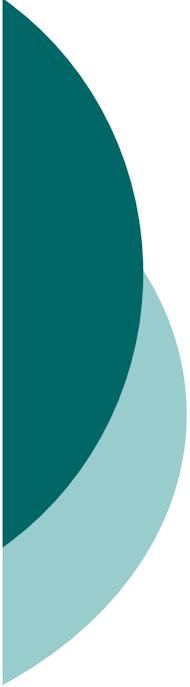
- O diferencial do IDH-M indica a distância relativa entre a situação de cada região e o respectivo pólo.
- as RMs que apresentam as maiores heterogeneidades intra-regional - com os maiores valores para este indicador - são Vitória, Baixada Santista, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Natal e Rio de Janeiro, todas polarizadas por metrópoles ou centros regionais, expressão da maior seletividade dos pólos. Já as RMs com maior homogeneidade entre o pólo e demais municípios são aquelas polarizadas por centros sub-regionais, fundamentalmente localizadas no estado de Santa Catarina.



## Resumo da Situação Sócio-econômica

---

- Se por um lado as RMs apresentam altos níveis de desenvolvimento, medidos pela concentração da atividade econômica, renda média auferida pelas pessoas e desempenho do IDH-M, por outro, apresentam imensas contradições, em especial na crescente incidência da pobreza, do desemprego e da insuficiente infra-estrutura básica.
- Tais contradições, inerentes ao modelo de desenvolvimento adotado pelo País e pertinentes ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, expressam-se espacialmente, tanto nas desigualdades macrorregionais do território brasileiro, como internamente, nos diferenciais entre o pólo e os demais municípios.



# Desafios

---

- Este quadro remete a urgentes desafios no tocante à implementação de políticas públicas compreensivas e, ao mesmo tempo, de ordem estrutural e focadas, guardando estreitas relações com a dimensão territorial do processo.



# Violência nas RM's

---

- Ao lado de evidências do aumento da importância institucional e demográfica, as metrópoles brasileiras estão concentrando hoje a questão social, cujo lado mais evidente e dramático é a exacerbação da violência.
- Há 10 anos, tinha-se cerca de 30 homicídios por 100 mil habitantes. Hoje, esta taxa chega a 150 mortos nas áreas mais violentas.
- O aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com os processos de segmentação sócio-territorial em curso, que separam as classes e grupos sociais em espaços da abundância e da integração e em espaços da concentração da população vivendo simultâneos processos de exclusão social.



# A Importância da Coesão Social

---

- A redução dos custos da distância e as externalidades pecuniárias contam hoje menos do que aquelas decorrentes da densificação das relações sociais, intelectuais e culturais, fazendo com que os elementos promotores da coesão social das metrópoles, no seu sentido amplo, passem a ser a condição da eficácia dos processos econômicos.
- As metrópoles onde prevalecem menores índices de dualização e de polarização do tecido social são as que têm levado vantagens na competição pela atração dos luxos econômicos, não as que apresentam os menores custos salariais.



# Um Paradoxo da Sociedade Brasileira

---

- Os problemas acumulados nas metrópoles ganham crescente relevância social e econômica, ao mesmo tempo em que ela é órfã de interesse político.
- Com efeito, apesar da multiplicação de instituições metropolitanas, observa-se a inexistência de efetivas políticas públicas voltadas especificamente ao desenvolvimento destas áreas.
- As políticas urbanas são hoje fortemente intra -urbanas, setoriais e locais.
- Os organismos metropolitanos, onde existem, ao mesmo tempo, têm à sua disposição frágeis mecanismos para empreender ações cooperativas de planejamento e gestão.
- Na maioria das metrópoles, as relações entre municípios e governos estaduais são fundadas em práticas clientelistas próprias de um regime político marcado pela fragilidade dos partidos.



## A Periferização do Crescimento

---

- Nos últimos dez anos, a população das sete regiões metropolitanas saltou de 37 para 42 milhões de habitantes, e suas periferias conheceram uma taxa de crescimento de 30%, enquanto que as áreas urbanas mais centrais não cresceram, no mesmo período, mais de 5%.



## A questão da Acessibilidade nas RM's

---

- Outro exemplo concerne à segmentação da acessibilidade no interior das metrópoles. Os custos das tarifas dos transportes públicos cresceram 242% entre junho de 1994 e agosto de 2003, enquanto a renda média dos segmentos de menor renda diminuiu em 24%.
- Tal situação dificulta que as camadas populares possam circular pela metrópole na busca da ocupação transitória, o que explica o fato do crescimento da circulação em bicicletas e a pé.
- A crise da mobilidade nas metrópoles brasileiras é responsável hoje por parte do desemprego nas áreas metropolitanas.



# A Cidade Alta e as Periferias

---

- Fica evidente que os núcleos das metrópoles brasileiras são constituídos, cada vez mais, por aglomerados urbanos cujos dinamismos econômico e social decorrem de seus papéis nas redes globais de circulação mercantil e financeira. É a cidade alta, onde o moderno mercado é dominante, centro logístico dos negócios, onde chegam as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos. Nesta parte, quem dita as leis são os donos do capital e das outras formas de riqueza, e seus habitantes orientam-se por uma cultura cosmopolita. Nas periferias geográficas e sociais, cresce uma massa marginal, desconectada produtivamente dos espaços onde a riqueza se reproduz e se acumula. Nelas, expande-se uma economia da sobrevivência fechada por si mesma. O poder funda-se na privatização da violência, organizada em estruturas feudalizadas.



# O Ovo da Serpente

---

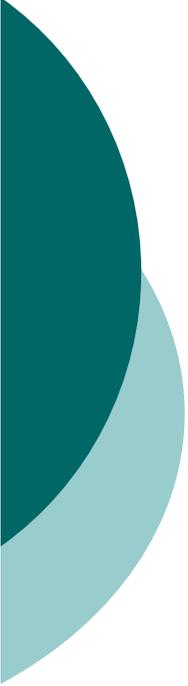
- São áreas nas quais a população tem de se esforçar para não sucumbir integralmente aos valores e às práticas inerentes ao capitalismo predador, gerado pelos diversos circuitos da criminalidade que gravitam em torno do tráfico de armas e de drogas, e ao capitalismo assistencialista, fundado na total submissão da população carente aos laços de dependência e favores pessoais com aqueles que controlam as inúmeras instituições "filantrópicas" das periferias e favelas. Uma ou outra forma de dominação estimula a consolidação de uma cultura muito pouco favorável à ação coletiva e aos valores igualitários, indispensáveis à democracia.



# Territórios Despactuados

---

- O que caracteriza as RM's nos seus aspectos sociais e políticos é que constituem territórios despactuados. Isso é grave, porque pode significar a impossibilidade de enfrentar os grandes problemas e embates que se manifestam nestes territórios.
- Isto significa o exercício da gestão pública caracterizada basicamente pela fragmentação.
- Em termos institucionais, esta situação revela uma contradição grave quando se pensa na intensidade dos dilemas existentes nestes territórios, no que diz respeito à crescente urbanização da pobreza e aos problemas relacionados à insegurança pública e à prestação de serviços públicos, como o transporte em particular. (Vicente Y Pia Trevas )



## contenciosos federativos nas RM's

---

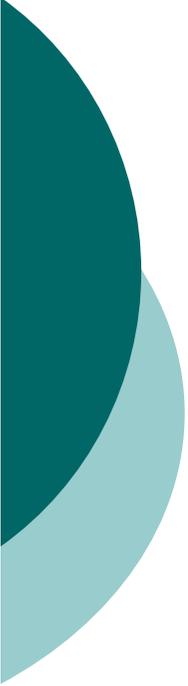
- o comportamento do movimento do município da capital, por vezes, é fonte de tensão no sistema político, quando quem governa esse município é um dos pólos dinâmicos do sistema político estadual, e encontra-se, portanto em tensão ou confronto programático e eleitoral com a autoridade estadual.
- dilemas, nas tensões daquilo que se pode chamar das "cidades dormitório", onde é reproduzido um tema estrutural desse País, que é a questão de suas desigualdades sociais e regionais.
- é interessante perceber como a questão metropolitana quase não aparece nos discursos dos políticos e nos parlamentos locais



## RM's Herança dos Militares

---

- A cultura de gestão pública metropolitana foi constituída no momento em que a federação era um desenho abstrato e sem conteúdo, uma vez que o estado brasileiro encontrava-se tutelado pelo regime militar. Isso criou artificialidades e deformações na cultura dos agentes políticos que atuavam na arena metropolitana. Vale recordar que, nesse período, o governador era indicado pelo governo federal e, por sua vez, escolhia o prefeito da capital.
- Em suma, foi ensaiada uma forma de gestão metropolitana fundada no signo do autoritarismo, da tecnocracia e do congelamento da cidadania.



## O grande desafio

---

- É o da pactuação dos atores institucionais estatais e dos atores econômicos e sociais. E aqui é enfrentada uma grande dificuldade. A cultura política dos atores que conduzem os estados federados é uma cultura que tem relação com a federação do pré-1988, que não considera os municípios enquanto entes federativos. Assim, a estadualização da Região Metropolitana foi um equívoco dos constituintes.



# As Alternativas de Solução

---

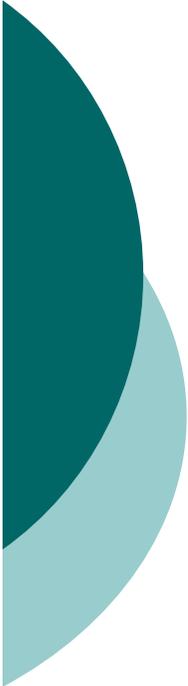
- Muito mais do que um redesenho constitucional, serão necessárias ações em vista da contratualização.
- O primeiro desafio para essa repactuação é que os atores institucionais estatais, os atores econômicos e os atores sociais devem pactuar uma agenda compartilhada. Só assim irá reconhecer-se que há dois sub-movimentos necessários: uma agenda emergencial, terreno mais facilitador devido aos impasses inerentes a situações imite. Mas há também uma agenda estrutural. Por exemplo, a mobilidade nesses territórios. Não é razoável colocar milhões de pessoas na imobilidade, não é razoável os atores institucionais estatais estarem despactuados sobre esse tema.



## A lógica do jogo de soma positiva.

---

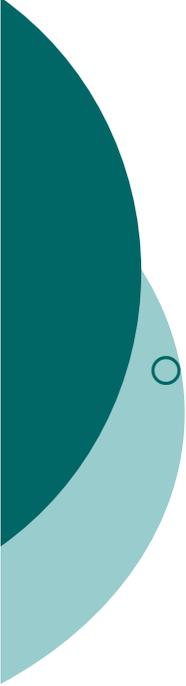
- Não se trata de uma nova institucionalidade, mas sim de um espaço de negociação e de articulação. Nesse sentido, pactuar é retirar o movimento federativo da lógica do contencioso, do jogo da soma zero, onde o ganho de A é a perda de B, e colocar os territórios metropolitanos na lógica do jogo de soma positiva.



## Pressupostos Básicos para essa Pactuação

---

- a) observar-se mais de perto o tema das "classes dirigentes" desses territórios; o sistema político metropolitano entendido como soma dos sistemas políticos municipais, de um modo geral, tem-se mostrado insuficiente;
- b) a necessidade de se formular um pensamento estratégico para esses territórios; e
- c) deve ser construída uma vontade coletiva política mais consistente nesses territórios, consolidando-se forças hegemônicas que se contraponham à fragmentação política que aí prevalece. Havendo hegemonia, esta articulação de atores políticos e sociais é capaz de apontar rumos e agregar interesses e vontades.



# Financiamento Metropolitano

---

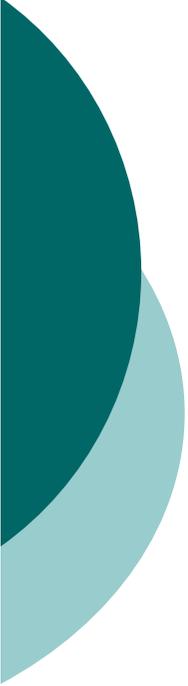
- Pode-se afirmar que grande parte dos problemas do financiamento metropolitano hoje em dia seja conseqüência da situação econômica que prevaleceu no País nas últimas duas décadas e das medidas que foram adotadas para buscar a consolidação da estabilidade macroeconômica, por meio de uma política fiscal apertada e uma política monetária igualmente apertada (Fernando Rezende ,FGV).
- Ainda que se avance rapidamente na consolidação da estabilidade macroeconômica e se possa caminhar para aliviar a política monetária e a política fiscal, não serão garantidas condições suficientes para resolver o problema do financiamento metropolitano



# Financiamento Metropolitano

---

- As diferenças em termos da receita per capita - decorrentes de distorções acumuladas ao longo do tempo na repartição de receitas e outras transferências intergovernamentais - representam um obstáculo à cooperação em assuntos de interesse comum nas Regiões Metropolitanas.
- As enormes disparidades regionais existentes no Brasil mostram que as receitas próprias das cidades-núcleo do Sudeste desenvolvido cobrem cercada metade de seus orçamentos, as cidades-núcleo das regiões menos desenvolvidas do Norte e Nordeste dependem consideravelmente das receitas partilhadas e de outras transferências.



# Financiamento Metropolitano

---

- Três outras características importantes na discussão do financiamento das Regiões Metropolitanas, quais sejam:
  - **a instabilidade dos fluxos financeiros;**
  - **a sensibilidade das receitas; e**
  - **a rigidez dos orçamentos.**



## Inadequação do Arranjo Institucional

---

- A inadequação do arranjo institucional representa um obstáculo importante à cooperação e integração de investimentos e serviços nas Regiões Metropolitanas. No atual contexto constitucional, é impossível impor ou mesmo criar mecanismos efetivos para induzir esforços conjuntos no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho em uma região metropolitana.



# O Imbróglio da Questão

---

- O compromisso efetivo de trabalhar em conjunto depende da determinação por parte dos prefeitos e governadores de superar rivalidades políticas. Acordos formais podem ser estabelecidos, mas não podem funcionar devidamente sem o poder de intervir nas políticas públicas da região. Qualquer tentativa de conceder o poder de decisão a um órgão metropolitano vai de encontro à autonomia política dos municípios e o desejo do governador de estado de exercer influência política na área que é, muitas vezes, a parte mais importante do território estadual.



# A Questão Tributária e Endividamento

---

- De acordo com a Constituição de 1988, o produto dos impostos de renda e o IPI que integram o FPM é dividido em duas parcelas: uma para os municípios capitais (10%) e a outra parte para o resto dos municípios, cujos critérios favorecem municípios maiores. As dez áreas metropolitanas mais importantes que abrigam 30% da população brasileira e 68% do eleitorado e que geram cerca de 50% do PIB nacional receberam somente 12,7% do FPM em 2002.
- O endividamento total dos municípios brasileiros não é significativo (menos que cinco por cento da dívida pública líquida como um todo), mas extremamente concentrado: cerca de 75% são de responsabilidade de 3 cidades principais (São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador)



# Empréstimos Municipais

---

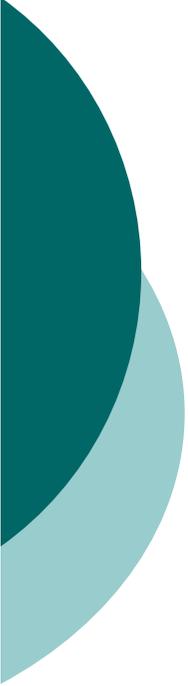
- Salvo os grandes municípios, a restrição mais importante à contratação de empréstimos não é de caráter legal. Limites de crédito para os municípios estabelecidos pelo Senado e pelo Banco Central e as exigências burocráticas a serem cumpridas pelo mutuário constituem as verdadeiras barreiras, especialmente para municípios de médio porte e municípios menores, cujas dívidas são, em geral, baixas em relação à receita corrente .



## Obstáculos à Cooperação e Obtenção de Investimentos

---

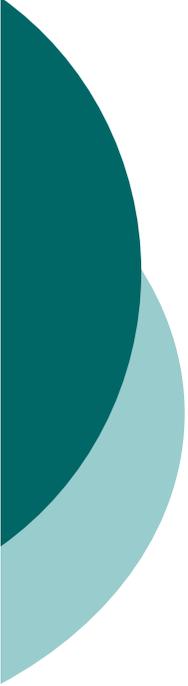
- à cooperação e obtenção de investimentos;
- obstáculos à melhor exploração da base tributária local;
- obstáculos ao controle da locação dos recursos e obstáculos ao aumento da participação do setor privado; e
- o financiamento de investimentos metropolitanos.



## À cooperação e obtenção de investimentos

---

- À medida em que os estados não têm condições de impor sua vontade aos municípios, já que as autonomias federativas aí se estabelecem, a capacidade de uma instância estadual exercer a coordenação de investimentos metropolitanos é relativamente débil. A não ser que houvesse um forte entendimento político quanto à criação de um ente metropolitano pela via da cooperação e não pela via da imposição.



## Obstáculos à melhor exploração da base tributária local

---

- Já explorados pelos municípios.



## Obstáculos ao controle da locação dos recursos e participação privada

---

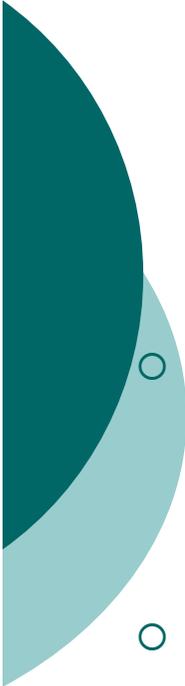
- Os obstáculos relacionados ao controle da locação dos recursos, quais sejam, os critérios de repasse do ICMS e do FPM, também precisam ser enfrentados, não só por provocarem diferenças e desequilíbrios importantes, mas também por produzirem enorme instabilidade e sensibilidade nos fluxos financeiros.
- Precisam ser superados os obstáculos ao aumento da participação do setor privado no financiamento de investimentos metropolitanos.



# O financiamento de investimentos metropolitanos

---

- Atualmente, esse crédito é concedido individualmente a cada município e depende do tamanho de seu orçamento, com o que são criados sérios problemas. Uma das alternativas seria o estabelecimento de critérios segundo os quais os pleitos dos municípios metropolitanos fossem submetidos coletivamente ao exame das instituições financeiras oficiais que administram créditos a municípios. Nesse momento, seria discutida a participação de cada um deles no pagamento do financiamento obtido.
- A questão dos créditos privados



# A Importância do Pacto Político

---

- O obstáculo maior à gestão metropolitana é de natureza política e não institucional, como, por exemplo, o que ocorreu com consórcio do Grande ABC, onde a falta de mecanismos de gestão institucionalizados não constituiu obstáculo a um arranjo político exitoso.
- Como tendência de gestão metropolitana, aponta-se a participação dos Estados e a proporcionalidade no peso de cada município em função de sua população, além da participação da sociedade civil.
- Como caminho necessário e urgente, vê-se a inclusão da questão metropolitana na agenda prioritária do País e a retomada das metrópoles como elementos estratégicos para o desenvolvimento nacional. Mais do que a edição de parâmetros legais relativos à gestão metropolitana, é preciso um pacto social e territorial nas RMs.
- Em outras palavras, é possível manter a flexibilidade dos arranjos institucionais, desde que seja feito um pacto político, com a participação da União, dos estados e dos municípios, bem como da sociedade civil.



# Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

---

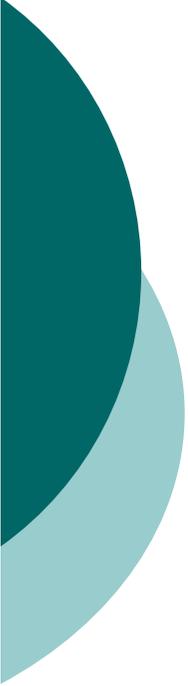
- Teve início em 1990, numa iniciativa dos prefeitos de sete municípios situados na zona sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, para lidar com o desafio em comum de reestruturação industrial da área, depois ampliou funções.
- Embora a experiência possa ter demonstrado a importância da cooperação, há necessidade de se encontrarem soluções mais eficazes para se enfrentar a questão do financiamento, assim como para melhorar o relacionamento com o governo estadual e com as câmaras de vereadores.



# Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

---

- sugere-se que na formulação de uma política nacional das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas seja apontado um novo desenho institucional para a gestão, as linhas de atuação e os mecanismos de financiamento. Sugere-se, ainda, que, nesse momento, seja contemplada não só a reformulação das articulações intergovernamentais na construção do novo modelo de pactuação federativa, mas também os processos de tomada de decisões, que vão além das dimensões governamentais, incorporando a sociedade civil.



# Cooperação Intergovernamental de Planejamento Metropolitano

---

- São condições importantes para que o planejamento metropolitano seja bem-sucedido: a boa fundamentação técnica, a viabilidade política, a viabilidade financeira e o compromisso de inclusão dos projetos estratégicos no PPA do estado e nos orçamentos das prefeituras.
- A boa fundamentação técnica é essencial para produzir diagnósticos, cenários e propostas de política de qualidade.



# Estrutura Institucional RMR

---

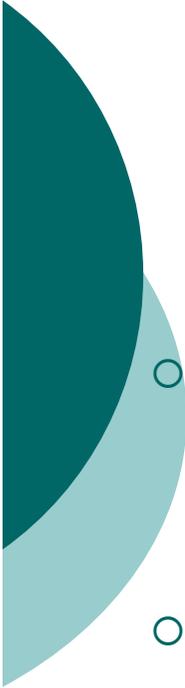
- A Região Metropolitana de Recife possui a seguinte estrutura institucional: a) um Conselho Deliberativo, composto pelos prefeitos de todos os municípios e secretários ou titulares dos órgãos estaduais; b) um Conselho Consultivo, do qual participam deputados estaduais e vereadores; c) Câmaras Setoriais, que não participam das deliberações mas garantem "oxigenação" nas discussões e propostas; d) a Agência Metropolitana, que desempenha a função de secretaria-executiva e oferece apoio técnico; e e) os Fóruns Metropolitanos dos secretários estaduais, organizados por setor. A área metropolitana do Recife é formada por 14 municípios, sendo responsável por 68,0% do PIB do estado.



## Região Metropolitana da Baixada Santista

---

- Uma lei complementar à Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 1994, definiu não só as entidades públicas envolvidas, como o tipo de participação da população no processo de gestão e também estabeleceu como integrantes da estrutura de gestão: um Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, uma Agência de Desenvolvimento e um Fundo de Desenvolvimento.



# Região Metropolitana da Baixada Santista

---

- Criada em 1996, é integrada por 9 municípios (Santos, S. Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) e tem 1 milhão e meio de habitantes.
- O Conselho Deliberativo da Região Metropolitana da Baixada Santista - CONDESB conta com a participação dos nove prefeitos e de nove representantes do estado, nomeados pelo governador. É um órgão paritário, com função deliberativa e normativa.
- O CONDESB é assessorado por Câmaras Temáticas.
- Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM-BS, dirigida por uma Diretoria-Executiva, é autarquia com vínculo estadual, mas mantida com recursos do estado e dos municípios.



# Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista

---

- Ele é gerido por um Conselho de Orientação eleito pelo CONDESB, recebe contribuições mensais do estado e, em igual montante, do conjunto dos nove municípios.
- O valor total dessas quotas –parte mensais é hoje de 262 mil reais, e vem sendo mantido inalterado desde 1999.
- Mais de 50 projetos de interesse metropolitano já foram aprovados com recursos desse Fundo, todos com homologação do CONDESB, em valores que, globalmente, superam os 10 milhões de reais.



## As principais dificuldades da RMBS

---

- falta de uma cultura de planejamento regional
- conflitos observados entre as legislações federal, estadual e municipal no tocante a algumas questões de interesse da região.
- aumentou o entrosamento e integração das ações do estado e dos municípios que participam do CONDESB, mas é preciso uma maior integração entre os entes metropolitanos e os organismos federais com atuação regional.
- Propõe-se a participação da União através da alocação de recursos em projetos específicos de interesse regional.

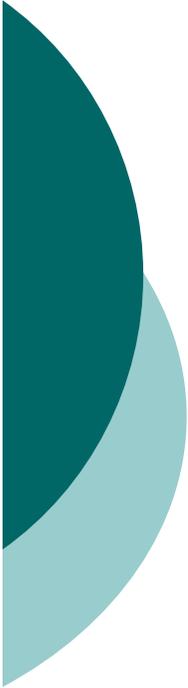


# Organização Metropolitana da Gestão

---

De uma maneira geral, a organização metropolitana da gestão é uma tendência mundial. Fatores que favorecem esse escopo organizativo são:

- a) a multimodalidade da rede metropolitana de transportes, que requer uma administração integrada, tanto nos aspectos dos investimentos, quanto no da operação e da tarifação;
- b) necessidade de integração igualmente no campo de financiamento e marketing (especialmente informação ao usuário);
- c) a dispersão dos operadores e dos organismos públicos;
- Evidentemente, cada país adequa o quadro legal da cooperação metropolitana ao seu sistema jurídico e à própria história dos atores em cada área.



# Princípios da Gestão Metropolitana

(European Metropolitan Transport Authorities 2001):

---

1. não existe um modelo único, aplicável a todas as RM's; contudo, deve haver troca de experiências entre as diversas entidades metropolitanas;
2. a qualidade dos sistemas de transporte público em áreas metropolitanas está criticamente ligada à sua organização, igualmente em âmbito metropolitano;
3. a organização metropolitana deve estender sua competência a todos os modos de transporte, incluindo aí os sistemas ferroviários;
4. o financiamento dessas entidades e da rede é uma questão crucial da gestão metropolitana;
5. a administração metropolitana tem um papel importante na informação e no marketing dos serviços;
6. qualquer política de competição nos sistemas metropolitanas deve ter por pressuposto institucional o reforço da autoridade metropolitana.



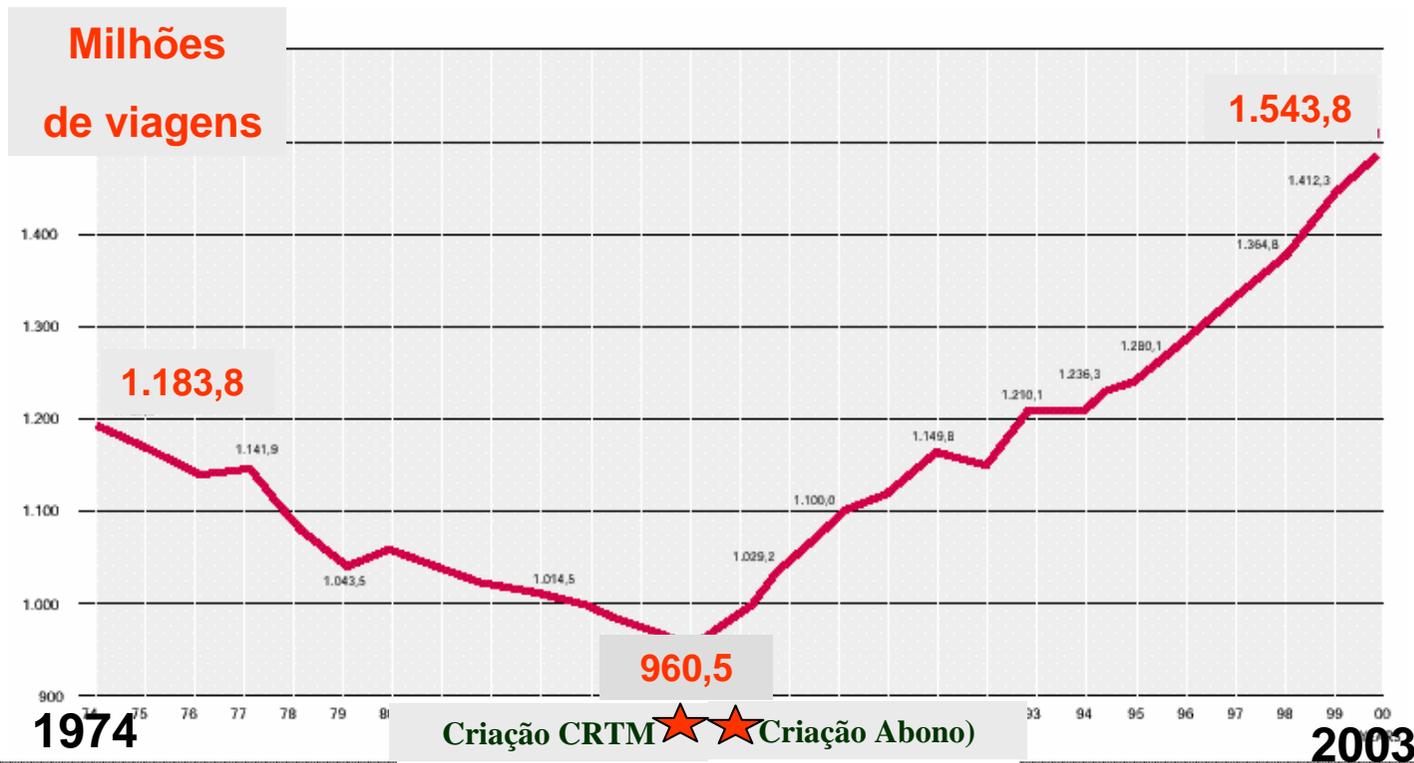
# Proposta para a Sustentabilidade Social e Econômica do TP

---

- Reestruturação do Quadro Institucional do TP
- Criação de uma gestão Unificada para o TP/Trânsito seja no âmbito Municipal ou Metropolitano
- Revisão da rede: racionalização e diminuição de custos
- Implantação de um nova regulamentação do TP
- Novo modelo de remuneração baseado na incorporação de metas de produtividade com ganhos transferidos aos usuários e voltados para diminuição de custos
- Implantação de sistema de avaliação de serviços da qual se incorpore avaliação direta dos usuários com influencia na remuneração dos operadores
- Licitação competitiva pelo critério da menor tarifa (“Price cap”)

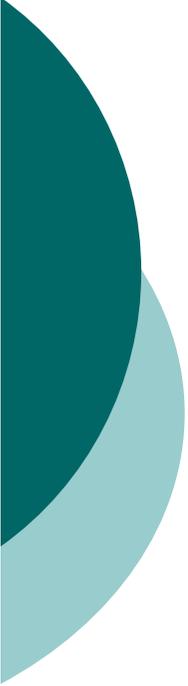


## Evolução da demanda do transporte público na região de Madri(2003)



As medidas adotadas desde 1986 tiveram um importante impacto sobre a mobilidade na região de Madri. A demanda de transporte público tem crescido mais de 60% desde a criação do Consórcio Regional de Transportes e do Subsídio ao transporte.





# OBRIGADO

---

○ [oswaldolimaneto@yahoo.com.br](mailto:oswaldolimaneto@yahoo.com.br)